

Ditadura militar

# MPF denuncia 5 por emboscada que matou Marighella

**Procuradoria afirma que líder comunista foi morto pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em novembro de 1969**

MARCELO GODOY

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou ontem quatro policiais e um médico-legista sob a acusação de envolvimento no assassinato do líder

comunista Carlos Marighella e na fraude processual para despistar a Justiça. Quase 55 anos após a emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), e oito anos depois de o caso ser reaberto, a investigação da Procuradoria da República chegou ao fim.

Foi no dia 4 de novembro de 1969, por volta das 20h15, que policiais do Dops surpreenderam o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), na Alameda

Casa Branca, nos Jardins, na zona sul de São Paulo. Eles usaram dois frades dominicanos capturados e torturados na sede do Dops para atrair Marighella, o inimigo público n.º 1 do regime militar, para uma armadilha.

Quando chegou ao encontro marcado com os frades, Marighella entrou em um Fusca. Não percebeu que os militares e civis se escondiam no quarteirão da Alameda Casa Branca. De acordo com as investigações do MPF, entre os policiais que participaram da emboscada estavam Amador Navarro Parra, Luiz Antônio Mariano, Walter Francisco e Djalma Oliveira da Silva, todos subordinados a Fleury. Os quatro foram denunciados por assassinato. A reportagem não localizou seus defensores.

'TORPE'. "O homicídio de Marighella foi cometido por motivo torpe, consistente na busca

pela preservação do poder usurpado em 1964 mediante violência e uso do aparato estatal para reprimir e eliminar opositores do regime e garantir a impunidade de homicídios, torturas, sequestros e ocultação de cadáveres", escreveu o procurador da República Andrey

**Acusados**  
**'Estadão' não conseguiu localizar as defesas dos quatro policiais e do médico-legista**

Borges de Mendonça na denúncia. Outros 25 participantes da emboscada já faleceram. Ao todo, 43 homens e mulheres foram mobilizados direta e indiretamente na operação.

Além de acusar os quatro policiais do homicídio, o procurador denunciou o médico-legista Harry Shibata, acusado de ter

feito uma perícia falsa, omitindo informações sobre a distância dos disparos, entre outras, o que permitiria atestar a execução de Marighella. O Estadão não localizou sua defesa.

Segundo a denúncia, Fleury "efetuiu o primeiro disparo executório contra a vítima". "Na sequência, a vítima foi atingida por outros três ou quatro disparos." O disparo mortal que atravessou o tórax de Marighella, "provavelmente, foi feito pela carabina calibre 44 de João Carlos Tralli (*investigador*), enfiada por uma janela do Fusca, quase grudada em Marighella".

A Procuradoria sustenta que o contexto do crime o torna imprescritível e impávido de anistia. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela legalidade da extensão da anistia de 1979 para agentes do regime militar que haviam sido responsáveis por violações dos direitos humanos no período. ●

## LEILÃO ONLINE DE VEÍCULOS

16 E 17/05 ÀS 09H30 - ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!



16/05

FIAT FIOR MODIFICAR AB1 20/21 - (ORIGEM: FROTA)



16/05

JEEP RENEGADE Lngtd AT 21/21 - (ORIGEM: FINANCIAMENTO)



17/05

CHEVROLET S10 LS DD4 21/22 - (ORIGEM: FROTA)



17/05

DAFRA NH 190 21/22 - (ORIGEM: FINANCIAMENTO)



17/05

YAMAHA YZF R1 08/08 - (ORIGEM: FINANCIAMENTO)



SODRÊ SANTORO  
SODRESANTORO  
LEILAOSODRESANTORO  
(11) 2464-6464  
(11) 97777-1244  
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site. José Eduardo de Abreu Sodrê Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

**SODRÊ SANTORO**  
45 anos

Ataque à democracia

## Moraes manda soltar coronel da PM com tornozeleira

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar o coronel Jorge Eduardo Naime Bar-

reto, ex-comandante do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal. Ele foi preso preventivamente

em fevereiro de 2023, na Operação Lesa Pátria, por suspeita de omissão no 8 de Janeiro.

O coronel terá de cumprir

uma série de exigências em troca da liberdade provisória, como usar tornozeleira eletrônica, se apresentar semanalmente no fórum, ficar em casa à noite, não manter contato com outros investigados e não acessar redes sociais. A decisão aten-

deu a um pedido da defesa.

O coronel e outros seis ex-oficiais da cúpula da PM do Distrito Federal respondem a um processo criminal no STF por omissão e violação dos deveres no dia da invasão na Praça dos Três Poderes. ● RAYSSA MOUTA